

O RURAL E O DO CAMPO, CONCEPÇÕES, ENFOQUES E NOVAS RURALIDADES NA AMÉRICA LATINA

Iván Mauricio Perdomo Villamil¹
Natali Aristizabal Lancheros²

¹ Sociólogo - Universidad Santo Tomas Bogotá – Colômbia. Especialista em Gestão Cultural, Política Públicas e Planejamento - Universidad Nacional de Colômbia; Mestrando Ambiente e Sociedade - Universidade Estadual de Goiás; ivanpervil@gmail.com

² Ecóloga - Pontificia Universidad Javeriana Bogotá- Colômbia. Mestranda Ambiente e Sociedade - Universidade Estadual de Goiás; nataliajuro@hotmail.com

Resumo: A utilização dos conceitos Rural e do Campo e em contramão o *Agro*, no transcorrer da história Latino-americana, tem adquirido diversas interpretações e usos além de ser empregados como sinônimos no senso comum e em diversos espaços. A ideia do presente escrito é, além de plasmar os conceitos em sim, fazer um análise e refletir sobre estes e suas aplicações, dialogando com autores desde as diferentes perspectivas da temática. Enfatizando na necessidade de reconstruir as múltiplas leituras e compreensões do tema na realidade de América Latina, onde evidenciam-se cenários de múltiplos conflitos, lutas e tensões de diversa índole, numa luta desigual contra o sistema capitalista, em cumplicidade com os governantes de turno dos diferentes países, ressaltando a diversidade biológica, cultural e tradicional do continente; e concluindo com os aportes das novas ruralidades no esforço de entender e aportar nas realidades da região.

Palavras-chave: Comunidade; Rural; Campo.

1. Introdução

O presente artigo adentra na discussão teórica sobre os conceitos de ruralidade, do campo e agro e os atores sociais neles envolvidos, fazendo um recorrido por estas definições, que têm vivenciado diversas construções históricas, desde diferentes disciplinas do conhecimento. Estas conceições têm sido objeto dum amplo debate, de diversas reflexões e múltiplos entendimentos.

Apesar dos avanços teóricos por entender a complexidade do universo rural ou do campo, segue presente uma leitura preconceituosa e homogênea, fortalecida pela modernidade, onde estes são símbolo de atraso, e a vida da cidade símbolo de progresso. Os conceitos em questão são utilizados de maneira geral como sinônimos, tanto no senso comum quanto em diversos espaços; além de ser direcionadas de acordo ao interesse da pesquisa, autor, instituição ou organismo (governamental ou não governamental); situação influenciada pelos centros de poder políticos e econômicos mundiais.

No contexto Latino-americano encontram-se diferenças marcadas pelos processos históricos, lutas e movimentos sociais, problemáticas, particularidades e debates locais; apresentam-se algumas ideias consideradas relevantes para aprofundar sobre os pontos de convergência e divergência dos diversos entendimentos sobre o tema. Enfatizando na necessidade de reconhecer as particularidades históricas, identitárias, comunitárias, culturais,

políticas e econômicas do continente pluriétnico e multicultural, assim como os valiosos recursos naturais que tem, e os conflitos de interesses que surgem neste contexto.

Com base nas rápidas transformações da sociedade contemporânea reconstruem-se paradigmas e teorias dando surgimento a novos entendimentos que aportam à compreensão da ruralidade e o do campo na Latino América, que involucram leituras, discussões e temáticas inegáveis no presente; evidenciando a necessidade de aprofundar nos estudos dos processos sociais, econômicos, culturais e de diversa índole aos quais enfrentam-se as comunidades camponesas ou rurais do continente.

Neste sentido a ruralidade contemporânea de Latino América tem um complexo universo de realidades, significados e problemáticas que demandam a atenção e ação dos diversos setores da sociedade, na luta pela implementação de políticas públicas diferenciadas, e o efetivo reconhecimento dos direitos para possibilitar transformações e melhoras nas complexas realidades deste setor da sociedade.

2. Discussão

A ruralidade latino-americana está inserida em uma realidade muito complexa, com a expansão do capitalismo, o neoliberalismo e a globalização, a situação só tende a piorar dia a dia. A problemática acentua-se considerando que em muitos países que lutam por a proclamação dos direitos fundamentais das comunidades rurais ou do campo o tema é confuso, já que sua delimitação, definição, assim como os atores sociais que pertencem a estas regiões são ambíguos. A dificuldade acrescenta-se com a aparição de novas percepções na compreensão das ruralidades latino-americanas; faz muito mais difícil um diálogo entre países e o estabelecimento de consensos.

Na procura dos conceitos e delimitações do rural, do campo e do agro e das comunidades ou atores sociais pertencentes a estas regiões em Latino-América, tem-se percebido grande dificuldade que se acentua em alguns países pela ausência de referencial teórico acadêmico; alguns como o México, Colômbia, Bolívia, Equador, Argentina e Brasil, entre outros, tem desenvolvido uma produção acadêmica maior, mais de igual forma não encontrassem concessões, onde se possam visualizar os processos por os que tem passado os territórios afastados do urbano em Latino América (DIVEN, et al., 2011).

No documento do CEPAL, - Rumo a uma nova definição do “Rural” com fins estatísticos em América Latina - “Hacia una nueva definición de “Rural” con fines estadísticos en América Latina”; concluem sobre a revisão teórica em vários países:

Não encontrou-se uma definição universal de “rural”, tampouco definições oficiais compartilhadas por todos os países; nem se quer os de uma mesma região o bloco de países. Variam seja por que se preferem critérios administrativos, geográficos ou por que os limites quantitativos de corte diferem dum país a outro. Inclusive em alguns países, a definição na tem-se explicitado (DIVEN et al., 2011, p. 22).

É claro que o setor rural ou do campo, não é um espaço prioritário de análises, estudos, ou pesquisas, pode-se notar na forma como é definido, meramente pela necessidade de delimitação, o qual tende a perder nitidez no transcorrer dos anos. A apropriação do território por parte de suas comunidades e a intervenção da sociedade, torna-se cada vez mais difícil já que em muitos contextos os mesmos governos não tem claro as concepções nem tudo o que está inserido no contexto das áreas rurais ou do campo dos países. Em consequência não se dá prioridade nem se confronta esta realidade “em os países de América Latina, entre os censos dos anos cinquenta até a ronda dos noventa (século XX). Se pode apreciar que a maior parte dos países tem mantido critérios numéricos e político administrativos para a delimitação das áreas” (DIVEN et al., 2011, p. 45).

Uma das problemáticas mais acentuadas é a falta de delimitação de suas comunidades pelo tanto a prática de políticas destinadas a estas, vem-se envolta em negligencia, contradições, imposições e ausência. Todas esta problemáticas acrescentam-se com os processos migratórios, muitas vezes forçados, tanto pela concepção do que o urbano é melhor que o rural, como pela pobreza, a desigualdade, a ausência Estatal e as guerras internas.

Para contextualizar tanto as concepções como os processos que tem levado estas comunidades desde um início é pertinente conhecer a etimologia das palavras rural e campo; também o conceito agro, com a intenção de refletir sobre as diferencias destas primeiras com esta última; já que pode-se confundir o ser usada como sinônimos no cotidiano.

O termo Rural provém do latim “rus ruris”, que significa, campo, rústico, oculto, e como antônimo está “urbs urbis”, que significa urbano cidadão e por extensão culto; pode-se observar que estas, são categorias socioeconômicas e culturais. Em sentido geral, tende-se a definir baseada em critérios de tamanho populacional, localização e tipo de atividade econômica das comunidades; o qual é bastante impreciso e incongruente devido as diferentes realidade e câmbios no transcurso da história (PUJOL; ARNAL, 1999).

Por outro lado, a palavra Campo deriva do latim “campus” que significa terreno plano, terra apta para cultivo, a qual não se diferencia com vocábulo agro que proveem de “agrarius” do “agris” que se refere a campo. A palavra agro esta construída no redor da terra como solo cultivável apto para uma atividade econômica produtiva por médio de cultivo, cria,

cuidado e produção para a posterior comercialização. Nesta concepção, com o passar do tempo tem-se incluído atividades como a pesca, as artesanais, turismo e prestação de serviços ecossistêmicos (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

Na revisão feita para definir etimologicamente cada conceito, procurando diferencias ou delimitações, percebe-se que além de não ter um material teórico amplo de fontes fidedignas ou acadêmicas, as diferencias não são notórias, as palavras são sinônimas e não delimitadas. Para alguns autores enfocados em problemas de interesse acadêmicos e de pesquisa em prol destas regiões, o termino rural tem sido direcionada uma análise das atividades e conotações mais sócioantropológicas, que incluem relacionamento direto com a saúde, a educação, a vivenda, a seguridade social, a cultura, entre outras (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

Por outro lado, a noção de campesinato ou o referente ao campo não é uma categoria homogenia; os clássicos da economia política o concebiam como uma categorias social, heterogenia, que abarcava a uma variedade de trabalhadores dependentes, como a pequenos agricultores independentes. Lenin orientado por as preposições de Marx em relação à polarização das classes sociais numa economia de mercado, demarca que o futuro destas comunidades é transformar-se em burgueses ou em sua maioria em proletariado (INSUA; CORREA, 2007).

Mais lá de ser por desinformação, analisa-se que é uma estratégia que usam os centros de poder para seguir confundindo e evitando um despertar das comunidades o atores sócias pertencentes a cada região, garantindo a imposição duma gestão, administração e intervenção a seu antojo. Entidades, especialmente as governamentais e não governamentais, como o Banco Mundial o CEPAL e outras instituições internacionais, encargadas da produção de dados estadísticos e administração das periferias do capitalismo, direcionam as concepções a simples análises estadísticos e demográficos, sempre baixo a percepção de que o rural ou do campo é o que sobra do urbano (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

A Organização Social para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) em 1994 define um conjunto de variáveis para definir o rural; nível local, define comunidade rural como todos aqueles territórios locais donde a densidade populacional é inferior a 150 habitantes por Km²; o conceito de comunidade corresponde a uma pequena unidade administrativa a o nível do censo (DIVEN et al., 2011).

O Banco Mundial considera a densidade e a acessibilidade para estabelecer gradientes de rural, fundamenta a sua descrição na proposição do OCDE e para sua estimação

utiliza a terceira versão da Gilla de População Mundial – Gridded Populatio of Worls - (GPW3), que foi criada por o CIESIN (Center for International Earth Science Information Network) para medir densidade populacionais por médio de uma quadrícula que se associa a uma quantidade de população sobre a que se calcula a densidade (DIVEN et al., 2011).

E assim como desde a aparição destas palavras na Europa denotam algo de importância simplesmente em termos quantitativos e inferior que o Urbano, por isso não se pode perceber uma concepção que não este fechada com a conotação do que estas simplesmente são o oposto à urbe, não se encontram delimitações o conceptos peculiares, claros e próprios que não estejam baixo esta margem.

Segundo alguns autores a problemática começa a ser analisada faz séculos com os análises da economia política de Marx, Weber e Durkheim, na procura de respostas às intensas transformações e em relação as consequências do sistema, vinculados a uma estrutura social e espacial de seu desenvolvimento histórico. Para Marx, o objetivo era formular um modelo teórico para explicar a tendência secular à produção generalizada de mercancias, e um análise histórico sobre as condições contingentes que influenciarem na transição do feudalismo ao capitalismo na Europa (INSUA; CORREA, 2007; ROMERO, 2012).

A expansão do capitalismo com a formação de força de trabalho assalariada expulsa os camponeses do campo, o que leva a um agrupamento de setores sociais rurais e posteriormente a classes sociais em torno do Estado como fator de poder político, o qual legitima os processos econômicos e sociais do desenvolvimento capitalista (INSUA; CORREA, 2007; ROMERO, 2012). Marx em sua obra “A questão Agraria” analisa a realidade social rural, o que possibilita deslumbrar o futuro dos setores sociais rurais no marco do capitalismo e das leis do capital aplicada ao mundo rural (ROMERO, 2012).

Por outro lado, Weber em sua obra “História Agraria Romana” desenvolve um método de análises das categorias para as questões agrarias, utilizadas para análises das problemáticas do setor (ROMERO, 2012).

De ambos análises e de outros surge uma predição sobre a inviabilidade futura do capitalismo como resultado das tendências monopólicas à concentração do capital, e dos conflitos e dos conflitos sociais (as lutas de classes) que estas tendências gerariam¹ (KATOUZIAN, 1982 apud INSUA; CORREA, 2007. p. 43).

É importante compreender o peso que têm especialmente as desigualdades no acesso aos recursos naturais nas diferentes comunidades, por isso referenciar a Marx em suass análises sobre estas desigualdades, os conflitos de distribuição e sobre processos de reestruturação econômica e política, é primordial no contexto (INSUA; CORREA, 2007).

Seguidamente outros autores desenvolvem diferentes análises em diversos contextos e em diferentes épocas um caso importante remonta-se à teoria da economia campesina de Chayanoy baseada nas contribuições da economia da casa de Becker e outros; outra importante contribuição foi a publicação “a grão transformação” de Karl Polanyi, onde se retoma o debate clássico sobre os impactos do avance da produção generalizada de mercancias sobre as relações personalizadas das sociedades rurais. Kautsky (1983) incorpora estruturas de análises positivistas e determinísticas (INSUA, COREA; 2007).

Já depois outros pensadores e académicos abrem passo a novas linhas de pesquisa como a sociologia rural a sociologia agraria e outras que entram no debate. No discurso da Sociologia Rural, o conceito esta inter-relacionado a três fenômenos: a densidade demográfica, o domínio da agricultura numa estrutura local ou regional e as características culturais e sociais que se diferenciam de outras. Mais é claro com isto que não existe um consenso institucional ou acadêmico ao respeito (INSUA; CORREA, 2007).

Estas concepções adotadas com fins político-administrativos limitam os critérios a densidades populacionais em X área (dependendo do pais), ou ao predomínio de atividades primarias, principalmente agrícolas, com base econômica da comunidade especialmente quando nos referimos ao conceito de rural; neste contexto podem surgir várias perguntas. Se uma comunidade não tem como base econômica a agricultura não é uma comunidade rural? Se uma comunidade étnica tem desde sua ancestralidade uma área maior à delimitada em cada pais, não é uma comunidade rural? (INSUA; CORREA, 2007).

O análise complica-se além de incluir estas concepções com bases operacionais, incluem-se os imaginários¹ coletivos, onde o rural se pode conceber como campo cultivado mas também como áreas ou ecossistemas desabitados ou sem intervenção humana. Mais em contrapartida estas concepções também podem chegar a abarcar grandes extensões de terra com monocultivos, pecuária ou cria de animais em confinamento em as periferias das cidades; até áreas protegidas ou parques naturais com intervenção de agentes estatais (INSUA; CORREA, 2007 apud FRIEDLAND, 2002).

Neste contexto é claro que, não se entende o rural ou do campo e toda sua complexidade, na maioria dos territórios dos países latino-americanos não existe uma implantação de políticas públicas com enfoque diferencial direcionadas a cumprir com os direitos fundamentais das diversas comunidades e atores sociais dos territórios, sendo coerentes e respeitando o pluriculturalismo.

Existem casos em Latino América onde os meninos de etnias indígenas ou afro com língua autóctone, tem que assistir a uma escola onde só se fala a língua nacional, estes meninos chegam a aulas onde não entendem nada, além de que em muitos casos, são objeto de burla e discriminação. Numa sociedade que não tem claro os conceitos e delimitações de o Rural e do o Campo, implementar políticas públicas direcionadas a estas regiões que sejam justas e coerentes com as realidades de cada país e de suas comunidades torna-se um assunto necessário mas muito complexo.

Apesar dos esforços de instituições, centros de pesquisa, especialmente das acadêmicas e organizações não governamentais, sobretudo nacionais, falta muito caminho por recorrer, já que na maioria dos países Latino-americanos o Estado não garante a consumação dos direitos fundamente das comunidades e atores sociais dessas regiões afastadas e diferenciadas do urbano.

Devemos reconhecer que tem-se logrado alguns avanços, como é o caso da implementação da etnoeducação, especialmente em países como Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, México, Costa Rica, entre outros; tendo como objetivo desenvolver uma educação e um âmbito institucional acadêmico onde se fortaleza a identidade cultural, o multilinguístico, a diversidade e o enraizamento das tradições; na procura de atender as necessidades, realidades, percepções e crenças das comunidades que carregam ainda toda a sabedoria ancestral do continente (COLÔMBIA, 2001).

A ressignificação torna-se um debate importante na Latino América na década dos quarenta, no impulso da modernização das sociedades, que buscava conduzir ao campo e o agrário atrasado, a um modelo moderno industrial mais parecido com o urbano. Neste sentido o rural e o do campo, sinônimos de atraso, autárquico, rustico, inculto, etc.; é referenciado em torno a atividades produtivas agrarias e industriais; o rural passa a ser definido baixo os objetivos do desenvolvimento rural direcionado pelo sistema capitalista (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

E assim como em muitos campos o rural é subsumido a o agro e a sua vez à industrialização, pese à convergência de diversidade, história, formas de vida, lutas, cultura, tradições, territórios, práticas, subsistência, problemáticas, realidades, necessidades, e muitos outros aspectos que estão incluídos nas áreas rurais, do campo e mesmo agrarias (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

Se bem o interesse por desenvolver esta temática são orientados pela necessidade da execução de políticas públicas e a definição de projetos em prol das injustiças sociais; em muitos casos predomina simplesmente a concepção ou percepção de quem desenham ou administram a implantação destas; priorizando critérios demográficos, atividades econômicas e a infraestrutura material o que sustenta o discurso da importância da modernização, da expansão do capitalismo, da hegemonização dos territórios e comunidades, e da priorização das áreas urbanas com ações orientadas a um desenvolvimento econômico manipulado e submisso pelos centros de poder econômicos e políticos (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

Em contramão vemos que em oposição ao neoliberalismo, a globalização e a o sistema em geral, aparecem intenciones de ajustes estruturais e de intentos de avanços na concepção e delimitação destes conceptos sobre uma leitura também política, mais que leva em conta um contexto sóciohistórico que inclui o estudo, o análises, a delimitação e a definição, articulando formas de intervenção do território, formas de vida, usos dos recursos naturais, cultura, história, tradições, espaços e estilos de vida, entre outros (RESTREPO; ACUÑA, 2008).

Um exemplo desta reivindicação é o caso do Brasil, onde a continua luta em prol da emancipação de comunidades e da implementação de políticas públicas direcionadas a comunidades anteriormente chamadas rurais especialmente em educação; se afirma o uso da expressão Campo e não Rural:

O texto base da I Conferência Nacional por uma Educação Basic aso Campo dirige-se a todos os que dependem da terra para viver. Afirma-se o uso da ‘expressão *campo*, e não mais o *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo com o objeto de incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais’ (KOLLING et al;1999 p. 26, grifos do original). Na nota técnica produzida para o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC, 2011, p.11), confirma-se a identidade dos sujeitos desta educação. Trata-se dos pequenos e médios proprietários, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, caiçaras, atingidos por barragem ou fundo de passo, extrativistas, trabalhadores rurais assalariados, pescadores artesanais, agricultores familiares, caboclos e outros que produzem suas condições de existência com o trabalho no e do campo (RIBEIRO, 2013, p. 673).

Desde o ponto de vista antropológico a identidade camponesa é um imaginário coletivo que permite a articulação entre interesses individuais e interesses comuns a uma população, segundo a perspectiva normativa o cognitiva dos próprios atores; um dos elementos integradores pode ser o território, a etnicidade, o tipo de ocupação, a religião, a classe social, o gênero; etc., assim dependendo das estruturas sociais, os coletivos e articulações entre estas criam diferencias, identidades coletivas, e/ou categorias sociais (INSUA, CORREA; 2007).

É importante também fazer alguns esclarecimentos sobre o que é uma comunidade, palavra utilizada de maneira geral, mas conceito que desde as ciências sociais também tem tido uma longa construção histórica. De acordo com as abordagens de Torres (2002, p. 3): “é possível reivindicar a ‘comunidade’ como uma categoria analítica e propositiva capaz de descrever, compreender e canalizar estes laços sociais, esquemas de vida, referentes de identidade e alternativas sociais”. O sociólogo norte-americano Robert Nisbet (1996, p. 71) diz que pode-se entender como comunidade a: “todas as formas de relação caracterizadas por um alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo”.

Com as exposições de Torres e Nisbet, ditas anteriormente, e na compreensão da heterogeneidade, memória e especificidade que caracteriza qualquer território, pode-se entender como comunidade rural ou de campo, a aqueles grupos de pessoas que conformam sua vida no campo, com imaginários, costumes, tradição, cultura, rasgos identitários, e história em comum; que tem significativos graus de intimidade e emotividade, e que desenvolvem processos organizativos e perseguem objetivos comuns bem seja de subsistência ou de tópicos de diversa índole, como reivindicações sociais, políticas ou exigibilidade de direitos.

Ainda considera-se por muitos autores uma discussão não fechada; no caso do conceito de “comunidade camponesa” existem múltiplas e diversas maneiras para seu entendimento o que quer dizer que não temos um consenso do que pode ser entendido como tal.

[...] O mesmo conceito de <comunidade camponesa> não a logrado nunca definições de aceitação maioritária e tal como acontecia faz cinquenta anos ainda discutimos o que define uma comunidade camponesa. Nas últimas décadas elementos considerados fundamentais na instituição comunal tem variado substantivamente [...] (URRUTIA, 1992, p. 14).

O interesse desde a academia e o intelectualismo clássico europeu em fazer uma definição do rural, tem uma relação direta com o êxodo massivo das populações camponesas até as cidades, acontecido no século XX, gerando o acúmulo de população e a concentração da economia; primeiro nos Estados Norte-americanos, depois na Europa central o posteriormente na Ásia, África e Latino América. Considerado como:

[...] um modelo polarizado mas com continuidade entre o rural e o urbano (anos 40 e 50-Redfield), como um modelo cíclico o *continuum* rural-urbano (anos 60-Pahl), ou considerando as duas categorias aespaciais e comuns no nascimento (anos 80-90) (PANIAGUA; HOGGART, 2002, p. 61).

Como mencionou-se anteriormente, a teoria sociológica clássica do século XIX concentrou-se nos câmbios sociais do setor industrial; autores como Marx, Weber e Durkheim

enfocarem suas leituras nessas mudanças, além de considerar prioridade refletir sobre a percepção de que a sociedade rural é interpretada como atrasada e submetida; as transformações tinham com centro a cidade industrial (ROMERO, 2012, p. 10).

Garcia (1991) aprofunda sobre as ideias de Marx na metade do século XIX, lembrando que “a opção entre a cidade e o campo encontravam-se em toda a história da civilização e que a maior divisão do trabalho material e imaterial vem dada pela separação entre a cidade e o campo” (GARCIA, 1991, p. 87).

As evidentes transformações do mundo na segunda metade do século XVIII, após da revolução industrial reconfigurou as sociedades e as categorias campo-cidade, rural-urbano, desenvolverem-se como classes antagônicas mas imprecisas. Lembrando que os clássicos da economia política, entendem o campesinato de forma heterogênea, caracterizada por uma grande diversidade de trabalhadores e agricultores independentes. No geral para a política econômica marxista a noção de campesinato entende este como um ator coletivo inserido nos processos históricos concretos (LLAMBI; PÉREZ, 2007, p. 48).

O desenvolvimento da reflexão acadêmica do rural evidenciou três tradições, coexistentes no tempo, e com elementos de complementariedade. A *tradição quantitativa* com base descritiva, procura fazer medições; tem um abordagem de caráter administrativo e é utilizado em estudos socioeconômicos; a *tradição qualitativa*, centrada nas percepções, significados e imaginários, entende a ruralidade como uma construção social; e o *enfoque de Fluxos*, que contempla temas como o idílio do rural, que é a atração muito difundida das populações que moram nas cidades às áreas rurais; e os processos de consumo e produção de espaço que ali desenvolvem-se (PANIAGUA; HOGGART, 2002, p. 62-68).

Suarez e Tobasoura (2008) troucem outra interessante classificação em três grandes categorias que sistematizam sete noções sobre o rural: O monista (a sociedade e uma só, o rural é explicado com os mesmos elementos que o urbano), dualista (as sociedades humanas desenvolvem-se em dois âmbitos o urbano e o rural com base num modelo moderno da sociedade), e a eclética (mistura de velhos pensamentos e práticas, com categorias novas).

Não se pode esquecer, que em relação ao vocabulário existente em diferentes espaços, para temas que têm relação com o campo, outro conceito: O “agro”, de maneira similar é utilizado em diversos contextos. Embora na etimologia as palavras, agro, rural e campo têm significados muito similares, nas políticas econômicas e públicas dos Estados o agro em particular, tem uma conotação e um entendimento do campo só em relação com a produção de

alimentação vegetal e animal que ali é desenvolvida; e as redes de comercialização existentes neste fluxo.

Dando a perceber que o reconhecimento e responsabilidade do Estado centra-se na função produtiva dos habitantes, desconhecendo que muitas dessas comunidades desenvolvem labores de trabalho na terra só para o consumo ou subsistência, alternando com atividades como a caça, a pesca, e a recolecção, no caso das regiões mais afastadas, ou atividades como o artesanato e/ou turismo. Pressionando estes grupos e por aos ecossistemas, a inserir-se na lógica da produção e comercialização do sistema.

Além desta evidente diferenciação entre os vocábulos rural e agrário, tanto rural quanto agrário são tratados como sinônimos nos imaginários, os discursos e as práticas de quem se ocupam destes assuntos. Esta confusão á contribuído junto com o paradigma dominante de desenvolvimento, á que as políticas e as ações de desenvolvimento tenham sido tendenciosas para o agrário (econômico-produtivo), o qual a limitado á compreensão dum desenvolvimento integral e inclusivo, em termos de mobilizar as capacidades e as liberdades dos habitantes rurais e de assumir e promover um comportamento ecológico no que predominem umas relações harmônicas e equilibradas com a natureza (RESTREPO; ACUÑA, 2008, p. 4481).

Evidencia destes panoramas são os poucos avanços que podem-se adiantar desde os governos da região, para o desenvolvimento dos processos produtivos sustentáveis no campo, e o fortalecimento das economias camponesas. Isto, em boa medida por que os Estados Neoliberais, com o influxo dos grandes centros de poder econômico e político do mundo, decidem fazer parcerias com empresas multinacionais, deixando ao deriva as economias locais; para o exemplo as companhias Monsanto, Bayer e a Anglo Gold Ashanti, de Intro duma longa lista.

Apesar do avanço nas ciências sociais na compreensão das comunidades rurais, no linguagem comum e no entendimento de alguns setores da sociedade, segue-se tendo um olhar pejorativo para o que tem relação com o campo.

[...] Além de ter passado mais de dois séculos muitos autores consideram superada a dicotomia rural-urbano, ao tempo defendem a ideia dum ressurgimento do rural. No dicionário da língua espanhola continua definindo o rural, além do ‘pertencente ou relativo à vida do campo e suas labores, como ‘inculto, áspero, ligado a coisas de aldeã’; e o urbano definido, além de ‘pertencente ou relativo da cidade’, como ‘gentil, atento de boa conduta’. Mais lá desta definição em diversos contextos sociais - inclusive acadêmicos - persiste esta distinção [...] (MATIJASEVIC; RUIZ, 2013, p. 27).

¹ *Original na língua espanhola:* “[...] Pese a que han pasado más de dos siglos y a que muchos autores consideran superada la dicotomía rural-urbano, al tiempo que defienden la idea de un resurgimiento de lo rural. El Diccionario de la Lengua Española sigue definiendo rural, además de “pertenciente o relativo a la vida del campo y a sus labores”, como “inculto, tosco, apegado a cosas lugareñas”; mientras lo urbano es definido, además de “pertenciente o relativo a la ciudad”, como “cortés, atento y de buen modo”. Más allá de esta definición, en distintos contextos sociales –e incluso académicos– persiste esta distinción [...]” (MATIJASEVIC; RUIZ, 2013, p. 27).

A partir da metade dos anos noventa e baixo a influência e vertiginoso crescimento da sociedade das novas tecnologias, surge uma corrente que permite desde o nosso entendimento uma compreensão no marco da complexidade das comunidades camponesas Latino-americanas na atualidade, denominada: *A nova ruralidade*, que involucra as iminentes trocas nas sociedades contemporâneas, a expansão do neoliberalismo, a globalização, e o aparecimento e amadurecimento de discursos ambientais, de gênero; supera a visão de polarização campo-cidade e sublinha dinâmicas como “a recomposição social das sociedades rurais¹”, dentre de muitos outros aspectos, que tem seu nascimento no século XX e XXI.

De acordo com os apontamentos de Kay (2009) esta corrente (recolhe pressupostos teóricos europeus e americanos e faz interessantes contribuições ao desenvolvimento na Latino América) tem 4 características básicas as quais são: 1. *As atividades rurais fora da fazenda*: o que quer dizer que cada vez torna-se mais importante e necessário para a geração de ingressos das comunidades camponesas a realização de atividades como o turismo, transporte, artesanato e/ou o comércio, só por dizer algumas; 2. *Flexibilização e feminização do trabalho rural*: Entendendo dinâmicas de repercussão a nível mundial como a Agroindústria, as novas tecnologias, a redução do domínio patriarcal, a incorporação das mulheres ao mercado laboral, dentre outros; 3. *A interação entre o rural e o urbano*: O conceito tradicional de divisão rural-urbana e questionado pela crescente interação, com situações como o regresso ao campo das pessoas que moram na cidade, ou dinâmicas de cidades intermeias onde a população trabalha no campo e mora na cidade; 4. *A denominada migração e Remessa*: Entende-se como a situação gerada pela migração internacional dada na Latino América até os Estados Unidos (E.U.A) ou até países vizinhos pelas crises econômicas da região, na qual muita população enviou dinheiro para a família que fica no país de origem, o que trouxe significativas mudanças nas economias locais (KAY, 2009).

A nova ruralidade põe de manifesto a necessidade de fazer leitura da realidade de acordo ao mundo contemporâneo, como também a obrigação de renovar e reconstruir as teorias clássicas no entendimento dos contextos locais, as sociedades são dinâmicas e cambiantes e o conhecimento não pode ser estático diante as trocas; assuntos como novo papel da mulher, os discursos ecológicos e sustentáveis, as mudanças nas economias gerados pelas migrações e muitos outros temas, desconstroem as ideias clássicas sobre como entender os diversos processos econômicos, políticos, ambientais, culturais das comunidades rurais ou do campo.

Além das importantes reflexões acadêmicas entorno à criação e definição de categorias para conhecer realidades desde diversas óticas e perspectivas, a situação destas comunidades é muito preocupante, a convergência de problemáticas antigas e novas e a reconfiguração do mundo com a globalização junto com o avanço das políticas neoliberais enfrenta o campo ou/o rural a uma complexa luta pela preservação e garantia de seus direitos; situação crítica na Latino América. De acordo com as informações da FAO (2017) (Food and Agriculture Organization of the United Nations):

[...] A região tem a distribuição de terras mais desigual de todo o planeta, o Índice Gini - que faz a medição da desigualdade- aplicado à distribuição da terra na região como um todo alcança 0,79, superando amplamente a Europa (0.57); África (0.56) e Ásia (0.55). No Sul América a desigualdade é maior que à média regional (0.85) em centro América es levemente menor ao média, com um coeficiente de 0.75. Um informe de OXFAM publicado a fins do ano passado indica que o um por cento das unidades produtivas da América latina concentra mais da metade das terras agrícolas [...] (FAO, 2017).

A informação evidência que a crise concentrada na distribuição da terra, põe de manifesto uma problemática central que tem como principais vítimas a população das zonas rurais ou do campo. A escola crítica de pensamento baixo os pressupostos teóricos do Marxismo e a marcada divisão do panorama político mundial depois da segunda guerra, entre as esquerdas e as direitas, trouxe uma série de elementos que reconfiguram a movimentação social na Latino América desde os anos 1950, e a questão do Agro, em relação com a não equitativa distribuição da terra, põe uma discussão central, que dá origem a criação e aparecimento de múltiplos movimentos de diversa índole em América Latina, muitos desses encabeçados por comunidades pertencentes ao campo, onde a redistribuição da terra e uma das principais bandeira de luta, com justa razão, já que é uma das realidades que mais gera inequidade e desigualdade.

Além das importantes lutas dadas pelos movimentos e organizações camponesas pela terra, a situação é muito lamentável. Por isso também é imperativo pensar e construir modelos teóricos e conceptuais que entendam as comunidades camponesas de Latino América no marco de suas complexidades e especificidades. Assim como promover políticas econômicas e públicas que partam desse reconhecimento, entendendo e respeitando as profundas diversidades e diferentes realidades sociais e culturais.

Demarcado estas conjunções e complexidades, é importante mencionar problemáticas graves, que acrescentam-se com o desenvolvimento do sistema capitalista, o neoliberalismo e a globalização na América Latina; tales como: a expansão do agronegócio, percepção do urbano melhor e mais desenvolvido e culto que outras regiões, condições de inequidade, violência, submissão, exploração, escravidão, tanto dos territórios como das

comunidade, são a realidade e o dia a dia do continente; que pode-se intervir, em grande parte, se as comunidades e atores sócias inseridos nesta região, interiorizamos e sensibilizamos dos processos políticos, educativos, econômicos, sociais, tradicionais, etc.

3. Considerações finais

Como foi exposto na discussão, é possível afirmar que não existe um consenso sobre a definição ou delimitação do Rural ou de Campo, nos países, continentes, e/ou regiões. E os imaginários sociais sobre o tema seguem tendo uma percepção pejorativa, entendendo o rural ou do campo como uma categoria homogênea, residual do urbano, utilizada em diversos contextos como sinônimos.

A falta de entendimento das singularidades, tradições, identidades, culturas e especificidades próprias de cada território e grupos, gera profundas incongruências na implementação de políticas públicas diferenciadas direcionadas a estes. As informações estatísticas no texto, evidenciam a complexa realidade à qual enfrenta-se as comunidades, marcada pela ausência de ações efetivas de fortalecimento e reconhecimento por parte dos Estados, distinguidas pelas notórias influências da neoliberalização e a globalização. Neste sentido é importante deixar de lado ideias homogeneizantes existentes no senso comum, que ignoram as heterogeneidades da sociedade Latino América.

Ante as históricas crises sociais, econômicas, ecológicas e políticas comuns no continente, faz-se imprescindível reconhecer os significativos processo de luta que os movimentos sociais tem desenvolvido, na qual muitos tem deixado suas vidas e seus legados; por isso a importância de avançar na unificação de esforços entre latinos para mitigar as inclementes consequências do sistema. Partindo do entendimento que como periferias do capitalismo, sofremos devastadoras consequências, as quais afeitam radicalmente os campos e as comunidades que moram e sobrevivem dele, assim como de seus ecossistemas.

É indispensável transcender as barreiras em prol da união e do diálogo de saberes entre países vizinhos, que além de ter particularidades próprias também compartilham realidades, como a diversidade e riqueza ecológica e cultural, e a necessidade de produzir e fortalecer processos acadêmicos e de luta direcionados à emancipar o continente.

Segundo as leituras o direcionamento de estas concepções e delimitações de territórios e comunidades, por parte das entidades, instituições ou agentes encarregados de administrar e conduzir as ações e políticas públicas para o setor, delimitam e definem conforme interesses, e sesgos político-administrativos. Não é coincidência que nas áreas rurais e o do

campo onde, estão os recursos naturais, cada dia exista menos população, mais agronegócios e outro tipo de exploração, especialmente de multinacionais; não é coincidência que estas áreas sejam delimitadas e conceituadas baixo critérios quantitativos de área de terreno por número de habitantes.

Neste sentido, o termo de agro tem servido para que os Estados identifiquem o rural e o de campo só em relação direta com o trabalho, produção e comercialização, conclui-se que é uma definição que exclui e não reconhece aquelas comunidades que moram no e do campo e não necessariamente desenvolvem atividades com fins comerciais (denominados produtos agrícolas), e alternam sua vida social com outras atividades.

Porém, a preocupação é ir mais lá de uma quantificação, com o fim de formular e implementar políticas com enfoque diferencial, coerentes, justas que alberguem toda à diversidade e pluriculturalidade do continente, direcionadas a fortalecer e garantir os direitos fundamentais destes grupos. Neste contexto se faz imprescindível trabalhar junto com as comunidades e indivíduos dos territórios, que vivem dia a dia esta realidade, incluindo seus conhecimentos, percepções e necessidades; é importante articular a sabedoria ancestral, tradicional e os conhecimentos empíricos das comunidades com os da academia e das instituições governamentais e não governamentais, movimentos sociais e outros que trabalham em prol desta problemática.

Torna-se fundamental conhecer a história, problemáticas e processos que tem-se desenvolvido nesta linha de pesquisa desde diferentes enfoques acadêmicos, institucionais e da população para aunar e articular esforços em prol da reivindicação das comunidades rurais ou do campo latino-americanas. Com base na revisão documental e a experiência e leitura que tem-se desenvolvido, entende-se que os elementos e questões que expõe a denominada nova ruralidade permitem um abordagem amplo que reconhece as particularidades, o contexto global, e involucra leituras e discussões necessárias na atualidade.

4. Referências

CARRION, Fernando. Ciudad, memoria y proyecto. Revista digital del Programa en Gestión de la ciudad - Textos urbanos. n°. 5. La paz ediciones Oxfam: Quito; 2010. Disponível em: http://cafedelasciudades.com.ar/carajillo/7_art2.htm#_edn10. Acesso em: Maio 12 de 2017.

DIVEN, Martine; PERICO Rafael; et al. Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina. Naciones Unidas – Comisión Económica para América Latina e el Caribe (CEPAL). RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Naciones Unidas; 2011. Naciones Unidas, Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/3858-nueva-definicion-rural-fines-estadisticos-america-latina>. Acesso em: maio 12 de 2017.

GARCIA, Juan Manuel. Sobre el concepto de ruralidad: crisis y renacimiento rural. Servicio de estudios del ministerio de agricultura, pesca y alimentación. Política y Sociedad; nº.8. p. 87 – 96, 1991. España. Disponível em:
<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/viewFile/POSO9191120087A/30582>Acesso em: maio 15 de 2017.

INSUA, Luis; CORREA, Edelmira. Nuevas ruralidades y viejos campesinismos. Agenda para una nueva sociología rural latino-americana. Cuadernos de Desarrollo Rural – Pontificia Universidad Javeriana; vol. 4, nº 59, p. 37 - 61, 2007. Colombia. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/pdf/117/11759002.pdf>. Acesso em: maio 15 de 2017.

KAY, Cristóbal. Estudios rurales en América Latina en el período de la globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad?. Revista Mexicana de Sociología. Universidad Nacional Autónoma de México; vol.71, nº 4. p. 607 – 645, 2009. México. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32113274001>. Acesso em: Maio 15 de 2017.

MATIJASEVIC, María Teresa; SILVA, Alexander. La construcción Social de lo Rural. Revista Latinoamericana de la Investigación Social. vol. 3, nº. 5. p. 24 – 41, 2013. Argentina. Disponível em: <http://relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/60/173>Acesso em: maio 3 de 2017.

MORA, Enrique. El origen del nombre América Latina y la tradición católica del siglo XIX. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Historia Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura; vol. 40, nº 1, p. 213-241, 2013. Colombia. Disponível em:
<http://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/38769/41460>. Acesso em: maio 5 de 2017.

OXFAM INTERNATIONAL. Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina. Oxfam GB: Oxford - Reino Unido: 2016. Disponível em:
https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/desterrados-full-es-29nov-web_0.pdf. Acesso em: maio 3 de 2017.

PANIAGUA, Ángel; HOGGART, Keith. Lo rural, ¿Hechos, discursos o representaciones? Una perspectiva geográfica de un debate clásico. Revista de economía. Globalización y Mundo Rural. nº 803. p. 9 - 24, 2002. España. Disponível em:
http://www.revistasice.info/cache/pdf/ICE_803_61-71__4CA3DBC45E151C871BDEC3E43E251624.pdf. Acesso em: maio 5 de 2017.

PUJOL, María Carmen; ARNAL, Antonio. Características de la población rural española. Departamento de Geografía y Ordenamiento Territorial. p. 913 – 929, 1999. España. In: PROFESSOR JOAN VIÀ VALENTI. EL SEU MESTRATGE EN LA GEOGRAFIA UNIVERSITÀRIA. Universidad de BARCELONA. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=uoRGe7sNxCcC&pg=PA913&lpg=PA913&dq=etimologia+de+la+palabra+rural&source=bl&ots=ldJtAYkF08&sig=c089L1z8XJGm5YTHB44TZoprTsM>. Acesso em: abril 28 de 2017.

QUIJADA, Mónica. SOBRE EL ORIGEN Y DIFUSIÓN DEL NOMBRE “AMÉRICA LATINA” (O UNA VARIACIÓN HETERODOXA EN TORNO AL TEMA DE LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA VERDAD). Centro de Estudios Históricos (CSIC) REVISTA DE INDIAS; vol. LVIII; nº. 214. p. 596 – 615, 1998. Disponível em:
http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica_Quijada_Sobre_el_nombre_America_Latina1998%5B1%5D.pdf. Acesso em: maio 5 de 2017.

RESTREPO, Nelly del Carmen; ACUÑA Isaísa. LO RURAL. UM CAMPO INACABADO. REVISTA FAS.NACIONAL AGRARIA DE MEDELLIN – COLOMBIA. LO RURAL. UN CAMPO INACABADO. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0304-28472008000200002&script=sci_arttext&tlng=pt. Rev. Fac. Nal. Agr. Medellín. vol. 61, nº. 2. p.4480-4495, 2008. Colombia. Acesso em: maio 5 de 2017.

RIBEIRO, Marlene. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Educação. vol. 18, nº. 54. p. 669 – 795, 2013. Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/09.pdf> . Acesso em: abril 30 de 2017.

ROMERO, Juan. LO RURAL Y LA RURALIDAD EN AMÉRICA LATINA: CATEGORÍAS CONCEPTUALES EN DEBATE. PSICOPERSPECTIVAS: INDIVIDUO Y SOCIEDADE. vol. 11, nº. 1. p. 8-31, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/psicop/v11n1/art02.pdf>. Acesso em: maio 5 de 2017.

TORRES, Alfonso. Vínculos Comunitarios y Reconstrucción Social. Revista Colombiana de Educación. nº. 43. p. 43-66. 2002. Colombia. Disponível em: http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/43_05ens.pdf. Acesso em: maio 3 de 2017.

URRUTIA, Jaime. Comunidades campesinas y antropología: Historia de un amor (casi) eterno. Debate Agrario: Análisis y alternativas. nº 14. p. .1992. Perú. Disponível em: <http://www.cepes.org.pe/debate/debate14/debate14>. Acesso em: maio 13 de 2017.

VILLODRE, María. Pluriculturalidad, multiculturalidad e interculturalidad, conocimientos necesarios para la labor del docente. APORTACIONES ARBITRADAS – Revista Educativa Hekademos, v. 11, nº 5, p. 67 – 76, 2012. Disponível em: <https://es.scribd.com/doc/106786914/Pluriculturalidad-multiculturalidad-e-interculturalidad-conocimientos-necesarios-para-la-labor-docente>. Acesso em: maio 12 de 2017.

Página Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y el Desarrollo; 2017. América Latina y el Caribe con la Mayor desigualdad en la distribución de la tierra.. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/879000/>

Página Minieducación – Ministerio de educación de Colombia. Etnoeducación una política para la diversidad; 2001. Disponível em: <http://www.mineducacion.gov.co/1621/article-87223.html>.